

SUMÁRIO

CAPÍTULO I DOCTRINA BÁSICA DE DIREITO FINANCEIRO	25
1 O DIREITO FINANCEIRO – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	25
1.1 O Estado e a atividade financeira	25
1.2 Necessidades que não podem ser satisfeitas individualmente	26
1.3 Necessidades públicas	27
1.4 Instrumentalidade da atividade financeira	27
1.5 Ciência das finanças	28
1.6 Ciência das finanças x economia	28
1.7 Planejamento das políticas públicas e fiscais	30
1.8 Conceito de direito financeiro	30
1.9 Objeto e conteúdo do direito financeiro	31
1.10 Direito financeiro x direito tributário: fronteiras	31
1.11 Autonomia do direito financeiro	32
1.12 O município e o direito financeiro	32
1.13 Competência concorrente e conflito de legislação	33
1.14 Jurisprudência selecionada referente a esta parte da matéria	33
2 RECEITAS PÚBLICAS	37
2.1 Introdução	37
2.2 Entradas de caixa e ingressos	37
2.3 Conceito doutrinário de receitas públicas	38
2.4 Receita pública e destinação de recursos	38
2.5 Valores que devem ser abatidos das receitas públicas	39
2.6 Conceito de receita pública da Lei nº 4.320/64.	39
2.7 Adoção do regime de caixa na contabilização das receitas públicas	39
2.8 Características das receitas públicas	40
2.9 Classificação das receitas públicas	40
2.9.1 Classificação segundo a regularidade	40
2.9.2 Classificação segundo a chamada escola alemã	41
2.9.3 Classificação segundo a Lei n 4.320/64	42
2.9.4 Classificação de Aliomar Baleeiro	45
2.10 Receitas públicas e a lei complementar nº 101/2000	45
2.11 Tributo x preços públicos—elementos distintivos	46
2.12 Preços econômicos e preços políticos	46
2.13 Classificação das receitas públicas derivadas	46
2.14 Classificação dos impostos	49
2.15 Outras questões relativas às receitas públicas derivadas	49
2.15.1 O poder de tributar	49
2.15.2 Relação tributária – dever jurídico x dever moral	50
2.15.3 Capacidade contributiva	50
2.15.4 Tributação no estado federal e no estado unitário	51
2.15.5 Atribuição de competência tributária e distribuição de receitas tributárias	51

2.15.6 Repercussão tributária	52	
2.15.7 Evasão	52	
2.15.8 Função dos tributos	53	
2.15.9 Objeto dos impostos com fins extrafiscais	53	
2.15.10 Tributação, prosperidade e desenvolvimento	53	
2.15.11 Política tributária adequada	54	
2.15.12 Extrafiscalidade e tributação	54	
2.15.13 Tributação excessiva e parques serviços públicos	55	
2.15.14 Evasão tributária x elisão tributária: questão terminológica	56	
2.16 Jurisprudência selecionada sobre receitas públicas	57	
3 REPARTIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA	77	
3.1 Texto constitucional	77	
3.2 Redistribuição de rendas	79	
3.3 Transferência dos “entes maiores” para os “entes menores”	80	
3.4 Possibilidade de não transferir	80	
3.5 Participações diretas e indiretas	81	
3.6 Tributos que não sofrem repartição	81	
3.7 Participações diretas	81	
3.8 Participações indiretas (art. 159 e §§)	82	
3.9 O IR pertencente aos estados e municípios, previsto nos artigos 157, I e 158, I da CF		82
3.10 Possibilidade de intervenção em Estados e Municípios	83	
3.11 Não auto-aplicabilidade do dispositivo relativo à CIDE	84	
3.12 Lei complementar e publicidade	84	
3.13 Jurisprudência selecionada sobre repartição das receitas tributárias	85	
4 DÍVIDA ATIVA	96	
4.1 Dívida ativa	96	
4.2 Registro da dívida ativa na contabilidade pública e precisão das informações		96
4.3 Provisão para perdas de dívida ativa	97	
4.4 Dispositivos legais	97	
4.5 Competência para inscrição	98	
4.6 A presunção de certeza e liquidez	100	
4.7 Secretaria do tesouro nacional, contas públicas e transparência	101	
4.8 Os princípios fundamentais da contabilidade	101	
4.9 Outras questões	103	
4.10 Jurisprudência selecionada sobre dívida ativa	104	
5 CRÉDITO PÚBLICO	115	
5.1 Introdução	115	
5.2 Dívida pública	116	
5.3 Nem todo passivo do estado constitui dívida pública	116	
5.4 Disciplina constitucional da dívida pública	116	
5.5 Conceito de crédito público	117	
5.6 Natureza jurídica dos empréstimos públicos	117	
5.7 Efetividade do crédito público como política fiscal	119	

5.8 Classificações do crédito público	119
5.9 Hipótese de intervenção	123
5.10 Formas de extinção da dívida pública.....	123
5.11 Repúdio da dívida	124
5.12 Empréstimos compulsórios.....	124
5.13 Crédito público como processo de repartição dos encargos públicos no tempo	125
5.14 Os empréstimos como arma contra a depressão	126
5.15 Jurisprudência selecionada sobre o item.....	127
6 DESPESAS PÚBLICAS	128
6.1 Introdução.....	129
6.2 Conceito de despesa pública.....	129
6.3 Antecedentes da despesa pública	129
6.4 Evolução sempre crescente das despesas públicas.....	130
6.5 Serviços públicos sem a correspondente despesa pública.....	130
6.6 Inconvenientes da gratuidade	131
6.7 Elementos da Despesa Pública	131
6.8 Despesa pública e democracia	132
6.9 Necessidade das despesas públicas	133
6.10 Características das despesas públicas.....	133
6.11 Espécies ou classificação das despesas públicas	134
6.12 Classificação legal da lei nº 4.320/64: adota a lei uma classificação baseada em categorias econômicas.....	135
6.13 Algumas regras sobre despesas públicas da lei complementar nº 101/2000	136
6.14 Legalidade e despesa pública.....	136
6.15 Execução da despesa pública (técnica de realização da despesa pública)	137
6.16 Gasto público: dispersão x concentração	138
6.17 O Regime Jurídico dos Precatórios	139
6.17.1 Precatório – Definição.....	140
6.17.2 Finalidade	140
6.17.3 Dupla Ordem dos Precatórios.....	140
6.17.4 Possibilidade De Decretação De Intervenção Federal.....	141
6.17.5 Precatório Judicial E Lei Orçamentária.....	142
6.17.6 Necessidade De Atualização Do Valor Dos Precatórios.....	142
6.17.7 Obrigações De Pequeno Valor	143
6.17.8 Parcelamento No Pagamento De Precatórios	144
6.18 Jurisprudência selecionada sobre despesa pública.....	144
7 FUNDOS	156
7.1 Conceituação.....	156
7.2 Exigência de lei complementar	156
7.3 Características, instituição, funcionamento e controle dos fundos públicos	156
7.4 Fundo público e o princípio da unidade de tesouraria	157
7.5 ADCT Art. 36.....	157
7.6 FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.....	158
7.7 Dispositivos pertinentes aos fundos previstos na Lei nº 4.320/64	161

7.8 Jurisprudência selecionada sobre fundos públicos.....	161
8 ORÇAMENTO	167
8.1 Introdução.....	167
8.2 Cultura do desprezo às peças orçamentárias.....	167
8.3 Conceito de orçamento.....	168
8.4 O orçamento não contém todas as autorizações.....	168
8.5 Aspectos das leis orçamentárias	169
8.6 Ainda o caráter político do orçamento	170
8.7 Orçamento hoje em dia: atuação em toda a economia.....	171
8.8 Natureza jurídica do orçamento	171
8.9 Espécies de orçamentos.....	172
8.10 Lei do plano plurianual.....	172
8.11 Lei de diretrizes orçamentárias.....	172
8.12 Lei do orçamento anual	173
8.13 Regime peculiar de tramitação das leis orçamentárias.....	173
8.14 O princípio da anualidade tributária	173
8.15 Princípio da publicidade (CF, art. 37, <i>caput</i>) e orçamento	174
8.16 Equilíbrio orçamentário e teoria do filtro	174
8.17 Caudas orçamentárias.....	174
8.18 Créditos orçamentários.....	174
8.19 Créditos adicionais.....	174
8.20 Finanças públicas e lei complementar	175
8.21 Restrições constitucionais aos agentes públicos.....	175
8.22 Proposta orçamentária.....	175
8.23 Lacuna orçamentária (inexistência de aprovação da lei orçamentária) ...	177
8.24 Exercício financeiro.....	177
8.25 Restos a pagar.....	178
8.26 Interpretação das normas gerais de orçamento.....	178
8.27 Princípio da exclusividade	178
8.28 Princípio da programação.....	179
8.29 Princípio do equilíbrio orçamentário.....	179
8.30 Princípio da anualidade	180
8.31 Princípio da anterioridade orçamentária	180
8.32 Princípio da unidade	181
8.33 Princípio da universalidade.....	181
8.34 Princípio da legalidade.....	181
8.35 Princípio da não-vinculação ou da não-afetação da receita de impostos	182
8.36 Princípio da especialidade	184
8.37 Princípio da transparência orçamentária	184
8.38 Princípio da publicidade orçamentária	185
8.39 Princípio da vedação de realização de despesas com pessoal além dos limites previstos em lei complementar	185
8.40 Princípio da legitimidade orçamentária	185

8.41 Principais diferenças entre o orçamento tradicional e o orçamento-programa	186
8.42 Jurisprudência selecionada sobre orçamento público	186
9 FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	198
9.1 Introdução	198
9.2 Legalidade	198
9.3 Legitimidade	198
9.4 Economicidade	198
9.5 Subvenções	199
9.6 Renúncia de receitas	199
9.7 Pessoas sujeitas ao controle	199
9.8 Controle interno	200
9.9 Controle externo	201
9.10 Jurisprudência selecionada sobre o item	201
10 O TRIBUNAL DE CONTAS NO BRASIL E SUAS ATRIBUIÇÕES	213
10.1 Aspectos introdutórios	213
10.2 Comparativo com o texto constitucional anterior	213
10.3 TCU e tribunais estaduais	213
10.4 Vedação constitucional à criação de novos tribunais de contas municipais	214
10.5 Atribuições	214
10.6 O TCU não tem função jurisdicional	216
10.7 Natureza jurídica da atuação dos tribunais de contas	217
10.8 Coisa julgada administrativa	218
10.9 Como os tribunais de contas fiscalizam?	218
10.10 Atributos dos tribunais de contas	219
10.11 Definição de tribunal de contas	219
10.12 Artigos da CF sobre controle externo e tribunais de contas	220
10.13 Controle	220
10.14 Controle interno	220
10.15 Controle externo	220
10.16 Amplitude dos controles interno e externo	221
10.17 Controle externo e interno e eficiência da administração pública	221
10.18 Controle particular	221
10.19 Economicidade nos gastos públicos	222
10.20 Jurisprudência selecionada sobre tribunal de contas	223
11 BREVES NOTAS SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	234
11.1 Objeto da lei	234
11.2 Normas gerais	234
11.3 LRF e lei nº 4.320/64	234
11.4 Aplicação da lei	235
11.5 Transparência na gestão fiscal	235
11.6 Significado legal de responsabilidade na gestão fiscal	236
11.7 Diretivas de uma gestão fiscal responsável	236
11.8 Definições constantes na lei	237

11.9 Planejamento.....	238
11.10 Lei do plano plurianual e a LRF	238
11.11 Lei de diretrizes orçamentárias	239
11.12 Lei do orçamento anual	239
11.13 Execução orçamentária e cumprimento de metas	239
11.14 Responsabilidade na gestão fiscal.....	240
11.15 Responsabilidade do agente público pela ineficiência da arrecadação dos respectivos tributos	240
11.16 Técnicas e estimativas claras	240
11.17 Renúncia de receita	241
11.18 As leis sobre renúncias de receitas devem fazer-se acompanhar das respectivas estimativas	241
11.19 Cancelamento de créditos fiscais que sejam inferiores aos custos para a respectiva cobrança	241
11.20 Despesas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público	241
11.21 Despesa adequada à lei orçamentária anual.....	242
11.22 Despesa compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias	242
11.23 Despesa obrigatória de caráter continuado	242
11.24 Despesa total com pessoal	242
11.25 Limites para a despesa com pessoal.....	242
11.26 Controle da despesa total com pessoal	243
11.27 Despesas com a seguridade social	243
11.28 Definição de transferência voluntária.....	245
11.29 Exigências para a realização de transferência voluntária	245
11.30 Transferências voluntárias na área da saúde, educação e assistência social não ficam sujeitas às exigências	246
11.31 Concessão de crédito por ente da federação à pessoa que não esteja sob seu controle direto	253
11.32 Recursos públicos para socorrer instituições do SFN.....	253
11.33 Dívida pública consolidada ou fundada	254
11.34 Dívida consolidada e dívida fundada	254
11.35 Dívida pública mobiliária	254
11.36 Operação de crédito	255
11.37 Concessão de garantia	255
11.38 Refinanciamento da dívida mobiliária	255
11.39 Limites da dívida pública e das operações de crédito.....	255
11.40 Elementos necessários às propostas	255
11.41 Redução da dívida consolidada ao limite fixado	256
11.42 Providências a serem tomadas no caso de perdurar o excesso (art. 31, § 1º)	256
11.43 Restos a pagar.....	257
11.44 Disponibilidades de caixa dos entes da federação	258
11.45 Disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social e próprio dos servidores públicos	258
11.46 Preservação do patrimônio público.....	258

11.47	Novos projetos	259
11.48	Instrumentos de transparência da gestão fiscal.....	259
11.49	Regras relativas à escrituração e consolidação das contas públicas	260
11.50	Relatório resumido da execução orçamentária.....	260
11.51	Relatório de gestão fiscal (arts. 54 a 55)	260
11.52	Prestação de contas (arts. 56 a 58).....	261
11.53	Fiscalização da gestão fiscal (art. 59).....	262
11.54	Leis estaduais e municipais podem ser mais restritivas	264
11.55	Municípios, em regra, não podem contribuir para o custeio de despesas de outros entes da Federação.....	264
11.56	Tratamento mais flexível dado pela LRF aos pequenos municípios (art. 63)	265
11.57	A União deve prestar assistência técnica e cooperação financeira aos municípios (art. 64)	265
11.58	Casos de reconhecida calamidade pública (art. 65)	266
11.59	Outros dispositivos legais aplicáveis às infrações previstas na lei complementar nº 101	266
11.60	Responsabilidade fiscal, tipos penais e hipóteses de improbidade administrativa	266
Capítulo II - O DIREITO FINANCEIRO E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL		
	Artigo 5 ^o	271
	Artigo 20	273
	Artigo 21	274
	Artigo 24	274
	Artigo 31	276
	Artigo 33	278
	Artigo 34	278
	Artigo 48	280
	Artigo 49	281
	Artigo 52	282
	Artigo 62	287
	Artigo 63	288
	Artigo 68	292
	Artigo 70	294
	Artigo 71	296
	Artigo 72	307
	Artigo 73	307
	Artigo 74	315
	Artigo 75	315
	Artigo 85	325
	Artigo 163	326
	Artigo 164	327
	Artigo 165	329
	Artigo 166	340
	Artigo 167	342
	Artigo 168	354
	Artigo 169	356

Artigo 198	361
Artigos do ADCT	
Artigo 25	363
Artigo 26	363
Artigo 33	364
Artigo 34	368
Artigo 35	369
Artigo 36	370
Artigo 37	370
Artigo 38	370
Artigo 39	371
Artigo 42	371
Artigo 60	371
Artigo 61	372
Artigo 71	373
Artigo 72	374
Artigo 76	375
Artigo 78	376
Artigo 79	378
Artigo 80	379
Artigo 81	379
Artigo 82	380
Artigo 86	381
Artigo 87	382
Artigo 91	383
CAPÍTULO III - SÚMULAS DE DIREITO FINANCEIRO	385
1 Súmulas do Supremo Tribunal Federal	385
2 Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	386
3 Súmulas dos Tribunais Regionais Federais.....	386
3.1 Súmulas do TRF/1 ^o Região.....	386
3.2 Súmulas do TRF/2 ^o Região.....	387
3.3 Súmulas do TRF/4 ^o Região.....	387
3.4 Súmulas do TRF/5 ^o Região.....	387
4 Súmulas do Tribunal de Contas da União	387
Capítulo IV - PEQUENO VOCABULÁRIO DE DIREITO FINANCEIRO, CIÊNCIA DAS FINANÇAS E CONTABILIDADE	399
QUESTÕES DE DIREITO FINANCEIRO EXIGIDAS EM CONCURSOS PÚBLICOS	413
GABARITOS	437